

## INFANTARIA 18 E A REVOLTA DE 31 DE JANEIRO DE 1891

Na sequência do ultimato britânico de 11 de Janeiro de 1890, o Partido Republicano procurou polarizar em si o descontentamento popular, orientando-o contra as instituições da monarquia que acusavam de não ter sabido defender os interesses nacionais em África. O jornal *A República Portuguesa* fez-se eco desse sentimento de revolta, publicando cartas e manifestos vindos de diversos pontos do país. Foi imediatamente visível que muitos dessas manifestações de orgulho ferido provinham de militares da guarnição do Porto, na sua maioria pertencentes à classe de sargentos. Havia mesmo dois jornais – *O Sargento* e *A vedeta* – que expressavam, claramente, o espírito de rebelião que grassava nas fileiras do Exército. Alguns oficiais, também de baixa patente, acabaram por se juntar aos que achavam que tinha chegado a hora de, através de uma acção armada, implantar o regime republicano. De entre esses, destacavam-se o capitão António Amaral Leitão, o tenente Manuel Maria Coelho e os alferes Simão Trindade e Augusto Malheiro. Entre as praças envolvidas na conspiração merece especial referência a figura do cabo de Infantaria 18 Aníbal Cunha, futuro professor e director da Faculdade de Farmácia do Porto e tenente-coronel farmacêutico do Exército.

Como chefe civil da conspiração foi apontado o advogado Alves da Veiga. Seria ele a diligenciar no sentido de encontrar um oficial de alta patente que se dispusesse a encabeçar a revolta militar. Encontrou-o na figura do general Sebastião Calheiros, antigo oficial do Estado-Maior, à época residindo em Viana do Castelo. Ao aceitar o encargo, Calheiros viajou para Lisboa com o intuito de promover contactos que garantissem que a acção militar no Norte fosse, prontamente, secundada na capital e noutros pontos do país.

Ainda a data para passar à acção não havia sido estabelecida, quando um facto inesperado tudo precipitou: um dos participantes numa reunião conspiratória, o sargento-ajudante Artur Ferreira de Castro, de Infantaria 18, levou consigo um documento comprometedor e passou-o ao capitão Alexandre Sarsfield. Este, por seu turno, logo o foi mostrar ao comandante do 18, coronel João Eduardo Sotto Mayor Lencastre e Menezes. Assim que o ministério da Guerra tomou conhecimento da denúncia relativa à reunião de sargentos, tratou de ordenar a transferência de guarnição de alguns deles. Perante este facto novo, retardar a rebelião podia equivaler à sua inviabilização, uma vez que se dispersariam os elementos mais seriamente comprometidos com os conspiradores republicanos. Num momento de grande tensão, venceu a corrente que achava não ser possível adiar a eclosão da revolta. Entretanto, porque o general Calheiros continuava em Lisboa, foi contactado, para o substituir provisoriamente, o general reformado Correia da Silva, que aceitou a delicada incumbência de liderar um golpe militar que, visivelmente, se encontrava mal planeado e pior organizado.

Na noite de 30 de Janeiro, no *Grémio Independência* – na Rua Fernandes Tomás, esquina de Santa Catarina –, o dr. Alves da Veiga escreveu, nervosamente, nalguns cartões de visita com o seu nome, a seguinte frase: *pede a V. para comparecer às 3 da madrugada no campo da Regeneração*. Depois, introduziu esses cartões em envelopes e passou-os a Aníbal Cunha. Foi o jovem cabo de Infantaria 18 que se encarregou de fazer a sua entrega aos destinatários.

Na madrugada invernosa de 31 de Janeiro de 1891, começaram a concentrar-se no campo da Regeneração as tropas revolucionárias: Caçadores 9 (quartel das Taipas), sob o comando do Alferes Malheiro, Infantaria 10 (Torre da Marca), comandada pelo capitão Leitão. Um pouco

mais tarde, juntaram-se-lhes as forças de infantaria e cavalaria da Guarda Fiscal. Do quartel de Santo Ovídio saiu um destacamento de Cavalaria 6 que aí se encontrava em diligência, mas outro tanto não se verificou no tocante ao RI 18. Havia uma razão para o imobilismo da unidade de infantaria: sabedores, desde a véspera, do que se estava a preparar, o comandante do regimento e demais oficiais haviam pernoitado no quartel e estavam a postos para impedir qualquer movimento de adesão à revolta.

Crentes de que, entre os sargentos e as praças do regimento, não faltavam os apoiantes da causa republicana, não tardou que Caçadores 9 e Infantaria 10 contornassem o quartel e fossem formar defronte da igreja da Lapa. Alguns civis encarregaram-se, então, de arrombar o portão das traseiras, por onde penetraram, entre outros, o actor Miguel Verdial, o jornalista Santos Cardoso e o capitão Leitão. Constataram, então, que uma companhia e parte de outra se haviam já insubordinado e feito os necessários preparativos para se juntarem aos revoltosos. Chegando à fala com o coronel Lencastre e Menezes, procuraram persuadi-lo a fazer alinhar o regimento ao lado dos revoltosos. Embora haja registos que apontam para uma resposta positiva [ver caixa], que se concretizaria daí a pouco – posição essa posteriormente negada em tribunal –, o certo é que o resto do RI 18 haveria de permanecer, disciplinadamente, no interior do quartel de Santo Ovídio.

**Depoimento do capitão Leitão a propósito do diálogo mantido com o comandante do RI 18, na madrugada de 31 de Janeiro de 1891**

*– O sr. coronel disse-me então: «Obste a que entre mais gente no quartel e faça sair os populares que estão dentro». Cumpri essa ordem e depois de a cumprir voltei para junto do sr. coronel, ouvindo distintamente que ele dizia aos paisanos com quem falava: «Vão descansados, que eu lá estou às seis horas. Dou-lhes a minha palavra de honra que não hostilizo o movimento.» Deram-se então muitos vivas ao coronel do 18. Isto seriam quatro horas e um quarto, o máximo quatro horas e meia. O coronel acrescentou ainda: «Preciso ordenar certas providências para guardar os reclusos do presídio e o cofre. Os senhores já lá têm duas companhias e eu tenho pouca gente disponível...» (\*)*

(\*) JORGE D'ABREU, *A Revolução Portuguesa – O 31 de Janeiro*.

Entretanto, uma força da Guarda Municipal, comandada pelo major Graça, saiu do quartel do Carmo e aproximou-se do Campo da Regeneração. O major Graça contactou directamente os revoltosos, tentando persuadi-los a não prosseguirem o movimento revolucionário. Obteve como resposta que era tarde para recuar. Sem que, na ocasião, se registasse qualquer confronto, as forças da Guarda Municipal deslocaram-se, então, para próximo da Praça da Batalha, zona da cidade onde se localizava o quartel-general da 3.ª Divisão e o Telégrafo (objectivo de valor idêntico ao que, nos nossos dias, possui uma estação de televisão).

Esperanças de que, a todo o momento, se lhes juntaria o RI 18, as tropas revoltadas voltaram ao campo da Regeneração e formaram uma coluna que, sob o comando do capitão Leitão, marchou, através da rua do Almada, até à praça D. Pedro (actual praça da Liberdade). Depois de alguns momentos de euforia e da solene proclamação da República no edifício da Câmara Municipal, seguiram-se os confrontos com a Guarda Municipal – primeiro, na rua de Santo António<sup>1</sup>, e, depois, na Praça D. Pedro – e a derrota da tentativa de mudança de regime.

Assim que a notícia da derrota dos revoltosos chegou ao quartel de Santo Ovídio, o coronel Lencastre e Menezes não perdeu tempo a deslocar-se, acompanhado de uma formação do RI 18, ao quartel-general da 3.ª Divisão, situado na Batalha, onde foi manifestar a indefectível lealdade da sua unidade ao regime monárquico.

A não-participação da maior parte do RI 18 na intentona valeu-lhe a conservação da unidade – o mesmo não sucedendo com Caçadores 9 e Infantaria 10, unidades que foram, por esse motivo, dissolvidas.

David Martelo – 2003



Leitura complementar

---

<sup>1</sup> Rebatizada depois de 1910 de Rua 31 de Janeiro, novamente Rua de Santo António durante o Estado Novo, e outra vez Rua 31 de Janeiro, após a revolução de Abril de 1974.